

O CONCEITO DE *ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO*: fundamentos para a compreensão da cultura na escola

THE CONCEPT OF *SPACE OF REPRESENTATION*: basis for understanding the culture in school

EL CONCEPTO DE *ESPACIO DE REPRESENTACIÓN*: bases para la comprensión de la cultura en la escuela

Daniel Luiz Stefenon

Professor do Departamento de Geografia da UNICENTRO, *campus* de Irati/PR
Rodovia PR 153, Km 7, Bairro Riozinho, CEP 84500-000
E-mail: unicentro.daniel@gmail.com

Resumo

As relações sociais que se processam no cotidiano dos estudantes que frequentam a escola, contribuem com a definição de sua dinâmica e de seus conflitos. A escola, então, torna-se o produto da diversidade, do convívio, um *locus* gerador de significados culturais, pois nela as representações sociais são reproduzidas e compartilhadas. A partir disso, inaugura-se a possibilidade de entender a escola como um *espaço de representação*, considerado aqui como uma síntese entre a materialidade que lhe dá suporte, entre a rede de relações sociais promovidas pelos grupos que a frequentam e também pelo conjunto dos significados atribuídos por esses grupos à escola, que a tornam um verdadeiro espaço-monumento do cotidiano vivido em seu interior e entorno. Este artigo tem por objetivo apresentar bases epistemológicas referentes ao conceito de *espaço de representação*, promovendo uma discussão em torno da constituição do conceito, apontando também possibilidades de seu uso como uma ferramenta fundamental para a Geografia no processo de busca pela compreensão da questão da cultura, em especial da cultura que frequenta e aviva a realidade escolar.

Palavras-chave: Cultura; escola; representações sociais; espaço de representação.

Abstract

The social relations that occur in the daily life of students contribute to the definition of the dynamics and conflicts in school. Therefore, the school becomes the product of diversity, relationship, a *locus* that generates cultural meanings, because in school the social representations are reproduced and shared. From this premise, it becomes possible to understand the school as a *space of representation*, considered as a synthesis between the materiality that supports it, between the network of social relations promoted by the groups attending it, and also by the set of meanings attributed to school by such groups, making it a real space-monument of the daily life experienced inside it and in its environs. This paper aims to present epistemological basis of the concept of *space of representation*, and to promote a discussion around the constitution of this concept, denoting possibilities for its use as an essential tool for the Geography in the

process of understanding the issue of culture, in particular, the culture that attends and enlivens the school reality.

Keywords: Culture; school, social representations; space of representation.

Resumen

Las relaciones sociales que se producen en la vida cotidiana de los estudiantes que asisten a la escuela, contribuyen a la definición de su dinámica y sus conflictos. La escuela se convierte en el producto de la diversidad, de la interacción, un *locus* generador de significados culturales, ya que en la escuela las representaciones sociales son reproducidas e compartidas. De esto se abre la posibilidad de entender la escuela como un espacio de representación, considerado aquí como una síntesis entre la materialidad que la sustenta, entre la red de relaciones sociales promovidas por grupos que la asisten y también por todos los significados asignados a la escuela por estos grupos, que la hacen un verdadero espacio-monumento de la vida cotidiana de su interior y alrededores. Este artículo tiene como objetivo presentar fundamentación epistemológica del concepto de *espacio de representación*, e ejecutar un debate en torno de la constitución del concepto, señalando también las posibilidades de su uso como una herramienta esencial para la Geografía en el proceso de comprensión del tema de la cultura, en particular, la cultura que asiste y aviva la realidad escolar.

Palabras Clave: Cultura; escuela; representaciones sociales; espacio de representación.

Introdução

Desde a constituição da Geografia enquanto ciência, os estudos acerca da cultura apresentam-se como um importante campo de investigações. Da mesma forma, no atual contexto epistemológico em que a ciência geográfica se redefine, caracterizando-se por uma pluralidade muito grande de pressupostos e caminhos para a pesquisa, as questões que envolvem a cultura tornam-se fundamentais para a compreensão ampla e efetiva das relações que as pessoas estabelecem com os lugares em que vivem, sendo ela o elemento fundamental que liga o homem ao seu lugar (CLAVAL, 1998). Contudo, o espaço passa a ser visto também a partir dos olhos dos que o vivenciam, tornando-se explícitos os significados socialmente construídos acerca dele.

Este artigo traz as principais incursões teóricas que fundamentaram o trabalho pesquisa que deu origem a uma dissertação de mestrado¹, defendida em 2009, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná. Por meio deste procurou-se investigar os processos ligados ao relacionamento entre grupos identitários específicos no interior de uma escola pública da periferia da Cidade de Curitiba/PR. Fundamentando-se nas ideias de Serge Moscovici acerca das representações sociais, tinha como objetivo a construção de um discurso geográfico que pudesse contribuir para o movimento de valorização e compreensão da diversidade cultural no contexto escolar a partir da análise dos diversos significados atribuídos ao espaço da escola.

Na primeira parte deste texto, busca-se discutir o conceito de *espaço de representação* e suas possibilidades de contribuição para a compreensão do cotidiano e cultura escolares. Em seguida, a teoria das representações sociais de Moscovici (1995; 2003) é apreciada, enfatizando-se as possíveis relações com uma teoria espacial acerca da cultura, em especial, da cultura escolar.

Por fim, sob a luz da Teoria das Representações Sociais e do aporte oferecido pelas discussões no âmbito da Geografia sobre cultura, se apontará para a possibilidade de olhar para a escola enquanto *espaço de representação*, produto do mundo vivido dos grupos que a frequentam e detentora de significados culturais que redefinem seus contornos, revelando-se assim, através das representações, o universo simbólico que conforma as ações em seu interior.

O espaço de representação

O discurso geográfico, enquanto tradição, sempre ofereceu uma atenção especial ao estudo das *coisas do mundo*. As investigações sobre as peculiaridades regionais, sobre as características específicas dos lugares, sobre a dinâmica dos territórios e a fisionomia das paisagens, sempre revelaram a busca do geógrafo pela compreensão da materialidade objetiva que dá suporte à vida das pessoas. A partir do

¹ STEFENON, Daniel Luiz. **O espaço de representação dos grupos sociais na escola: O caso do Colégio Estadual Segismundo Falarz, Bairro Hauer, Curitiba - PR.** Dissertação de mestrado. Curitiba: UFPR, 2009. (Dissertação orientada pelo Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho).

processo de ressignificação da ciência ocorrido na segunda metade do século XX, a Geografia expande suas possibilidades e se abre para novos aportes que se incorporariam ao movimento de crítica ao positivismo predominante até então nas pesquisas em Geografia (CLAVAL, 2006).

A partir desse momento da história epistemológica da disciplina, como afirma Lowenthal (1982), o geógrafo passa a permitir-se olhar para as *terras incógnitas* que povoam o mundo imaginário dos indivíduos e grupos, inaugurando assim uma Geografia essencialmente humana, ou seja, uma ciência preocupada não somente com as *coisas do mundo*, mas também em como as representamos simbolicamente.

Dentro desse movimento, torna-se possível pensarmos em uma Geografia das Representações, que segundo Gil Filho (2005, p. 57)

(...) é uma Geografia do conhecimento simbólico. Assume as representações sociais como ponto de partida para uma Geografia Cultural do mundo banal, da cultura cotidiana, do universo consensual impactado pelo universo reificado da ciência e da política.

Dessa forma, esta Geografia das Representações aponta para a ideia de que as categorias espaciais como paisagem, região, lugar e território, assim como o próprio espaço, podem ser vistas enquanto representação, ou seja, como elementos do mundo simbólico partilhado, o que aponta para a possibilidade de se falar acerca de um *espaço de representação*.

A representação e espacialização do mundo foi um tema tratado por Bettanini (1982). Para ele, esta temática está ligada ao estudo das diversas maneiras pelas quais nos é possível “representar” no espaço nossa própria sociedade, fato que conduz e influencia a percepção daqueles que habitam este espaço. O autor fala de um espaço de significados atribuídos, que de certa forma reflete e faz refletir a própria comunidade que dele é, dialeticamente, produtora e produto.

Ou seja, além de um espaço concreto, objetivo, pode-se falar aí de “*segundo espaço*” (MERLEAU-PONTY, *apud* BETTANINI, 1982, p. 82). Este segundo espaço é justamente o que é composto pela nossa própria maneira de percebê-lo, ou ainda, é um produto da nossa visão de mundo que perpassa e se projeta sobre o espaço concreto. Bettanini, dentro dessa temática da espacialização do mundo, propõe então três

modalidades de espaço: o *espaço mítico*, o *espaço sagrado* e o *espaço de representação*.

O *espaço mítico*, característico das sociedades primitivas, é aquele criado com o objetivo de conferir à complexidade da natureza uma ordem objetiva. Neste tipo de espaço, as localizações e regiões são detentoras de qualidades e quantidades que diferem entre si, e que de certa forma se mostram como espelho de uma dada organização social. Sobre esta temática, Durkheim (1996, p. XVII-XVIII), já argumentava que

O espaço não é esse meio vago e indeterminado que Kant havia imaginado: puramente e absolutamente homogêneo, ele não serviria para nada e sequer daria ensejo ao pensamento. A representação espacial consiste essencialmente numa primeira coordenação introduzida entre os dados da experiência sensível. Mas essa coordenação seria impossível se as partes do espaço se equivalessem qualitativamente, se fossem realmente intercambiáveis umas pelas outras. Para poder dispor espacialmente as coisas, é preciso poder situá-las diferentemente. (...) Vale dizer que o espaço não poderia ser ele próprio se, assim como o tempo, não fosse dividido e diferenciado.

Dessa maneira, o *espaço mítico*, que para Durkheim possui condicionantes sociais, torna-se uma expressão espacial de algo que originalmente não é espacial. É uma projeção de um universo mitológico sobre a realidade concreta.

O *espaço sagrado*, apropriando-se das ideias de Mircea Eliade (1992, p. 25), se fundamenta na afirmação de que “*para o homem religioso, o espaço não é homogêneo*”. Dessa forma, ele apresenta rupturas, descontinuidades, que cumprem a função de demarcarem os espaços sagrados e profanos. Os primeiros seriam pontos no território que têm a propriedade de conectar este mundo ao mundo do além. São os lugares onde o sagrado se faz manifesto.

A experiência do sagrado tem um papel ontológico de *fundar* o próprio mundo, estabelecendo o seu “centro”, o ponto de referência ao qual todos os lugares estarão relacionados. Dessa forma, permite ao homem religioso viver num mundo reconhecido e inaugurado, completamente livre do aparente caos reinante no mundo profano. Mesmo o indivíduo que se diga não religioso pode reservar traços de movimentos que remetem à um “*além*”. Lugares que recordam a infância ou que foram palco de acontecimentos marcantes na vida desse indivíduo, de alguma forma resguardam qualidades “*excepcionais*” que são atribuídas por processos que ultrapassam a simples percepção

objetiva do mundo, e que reforçam os atributos que conferem ao espaço sua não homogeneidade.

Se espaço mítico se apresenta como uma tradução da “*divisão do tecido social da população etnográfica*” e o espaço sagrado se coloca como “*mediação*” entre céu e terra, o *espaço de representação* seria “*um espaço que a liturgia laica da política denominou, ao edificá-lo, como sagrado*” (BETTANINI, 1982, p. 100-101).

De acordo ainda com Bettanini (1982), o termo *espaço de representação* é proposto pelo historiador alemão Georg Mosse, que realizou um estudo acerca dos espaços e dos monumentos criados pela Alemanha Nazista. De acordo com este historiador, fundamentalmente, tais espaços-monumentos tinham a nítida intenção de promover a cristalização do ideal da pátria, e é à esse espaço “sacralizado” e tornado monumento pelo mundo da política que Mosse então atribui a denominação de *espaço de representação*.

Um espaço de representação se constrói com a intenção de se legitimar uma determinada ordem institucional. Com a derrocada das estruturas de uma dada organização social, novas estruturas organizacionais ganham corpo, o que potencializa a necessidade da representação no espaço dos ideais norteadores dessa nova ordem, promovendo-se assim a “re-monumentalização” dos espaços. Eis a “*necessidade de construir espaços de representação que ilustrem a cronologia revolucionária e derrubem ou transformem os espaços da organização passada*” (BETTANINI, 1982, p. 99).

Dessa forma, o *espaço de representação* torna-se um produto da construção coletiva, e revela-se como um elemento central no processo de afirmação e legitimação da organização social que se constitui. Pelo fato de uma nova ordem política exigir a ressemantização dos espaços, produzindo assim uma ideia de repetição, permanência, este processo, num primeiro momento, tende a afastar o *espaço de representação* do universo cotidiano das pessoas. No entanto, este *espaço de representação*, enquanto *locus* da manifestação de motivações coletivas pode extrapolar essa dimensão política.

De acordo com Bettanini (1982, p. 107), “*é talvez o momento de abandonar os monumentos do espaço de representação e de se aproximar dos documentos do espaço cotidiano, transformando-o em monumento*”, o que contribuiria sensivelmente para uma melhor compreensão das sociedades habitantes desses espaços.

Tomemos como exemplo os muitos casos que, na busca do estabelecimento de um projeto turístico ou da afirmação de uma determinada identidade cultural, algumas instituições, Estados ou comunidades locais, criam espaços que dizem representar as características mais originais que as compõem. Assim, quando o turista vem para este local com a finalidade de conhecê-lo, depara-se com os “monumentos” e “*slogans*” que compõe o painel de frente, aquilo que a cidade ou região quer mostrar. Entretanto, é muito provável que além da fachada, existam espaços e “monumentos” que mais fielmente representam o universo cotidiano das pessoas que habitam esses lugares. É nesse ponto que a procura pelo *espaço de representação* ganha novos contornos.

Ao falar de um espaço do cotidiano, faz-se referência a uma outra dimensão deste *espaço de representação*. Torna-se possível, diante disso, a busca de um entendimento dessa modalidade de espaço a partir da consideração sobre o processo de construção e de reprodução das identidades e representações sociais que emergem da vida dos grupos. Neste ponto, é possível a visualização de estreita aproximação do conceito com as contribuições de Serge Moscovici e de sua Teoria das Representações Sociais.

Este autor, ao propor a ideia de que a realidade das representações sociais está dividida entre um universo reificado e outro consensual, fornece elementos que podem contribuir significativamente no processo de compreensão da dinâmica dos *espaços de representação*. Partindo do princípio que o universo consensual é aquele composto pelas relações cotidianas de compartilhamento de ideias e representações acerca do mundo, é possível pensar em um espaço de representação como “*o reino da esfera consensual*” (GIL FILHO, 2003, p. 13), o local onde são possíveis essas relações entre as pessoas e a consequente construção e partilha das representações.

Assim sendo, é possível afirmar que

o espaço de representação é um espaço vivo, *locus* da ação e das situações vivenciadas. É relacional em percepção, diferencialmente qualitativo e dinâmico e de natureza simbólica. Deste modo, revela-se como categoria relevante na construção de uma geografia do mundo cultural além da leitura economicista reinante da análise espacial. (GIL FILHO, 2003, p. 13).

Fundamentando-se em Moscovici, e a partir dele, considerar as representações sociais partilhadas como elementos-monumentos do mundo vivido, torna-se possível a elaboração das bases para a construção da ideia de um *espaço de representação*

enquanto produto da ressignificação dos espaços por meio das representações que são próprias do mundo consensual. Neste movimento de busca em compreender os significados que a escola possui para aqueles que a frequentam torna-se imprescindível admitir essa vida subterrânea, informal, que encontra no próprio espaço da escola um terreno fértil para se desenvolver.

Se o mundo institucional vê a escola enquanto um espaço onde a atividade educativa se dá, os seus frequentadores a veem como um campo de lutas onde o que se busca é visibilidade social, um lugar onde poderá encontrar seus pares e projetar a sua imagem sobre o grupo, sendo que para compreender esses significados atribuídos ao espaço da escola, visto agora enquanto um *espaço de representação*, torna-se urgente e fundamental a reflexão acerca da maneira como as representações são partilhadas e reproduzidas no interior dos grupos.

A teoria de Moscovici como fundamento do *espaço de representação*

A teoria das representações sociais se desenvolveu no âmbito da psicologia social, um ramo do conhecimento situado na interface dos estudos sociológicos e da psicologia. Segundo Farr (1995), pode-se admitir que o desenvolvimento da teoria teve sua origem em Durkheim. Da sua preocupação em firmar a sociologia enquanto ciência autônoma no ambiente acadêmico, de sua persistência em afirmar que as representações coletivas não poderiam ser reduzidas a representações individuais, e que os objetos de estudo da psicologia e da sociologia exigiam distintas ferramentas de análise, Durkheim inaugurou a discussão acerca das representações.

Sob o rótulo de “representações coletivas”, Durkheim refere-se

a categorias de pensamento através das quais determinada sociedade elabora e expressa sua realidade. Durkheim afirma que essas categorias não são dadas *a priori* e não são universais na consciência, mas surgem ligadas aos fatos sociais, transformando-se, elas próprias, em fatos sociais passíveis de observação e de interpretação (MINAYO, 1995, p. 90).

Em seu artigo “*representações individuais e representações coletivas*” (DURKHEIM, 1970), Durkheim tenta traçar objetivas diferenças entre os dois tipos de fenômenos. Segundo ele uma representação individual é produzida pelas ações e reações permutadas entre os elementos nervosos do indivíduo, ou seja, elas têm origem

nas sensações. Dessa forma, para o autor, as representações individuais têm uma gênese baseada na relação fisiológica do corpo humano com o meio no qual este corpo entra em contato.

Já as representações coletivas são produzidas pelas ações e reações permutadas entre as consciências elementares que compõem a sociedade. Para Durkheim (1970), as representações são a trama da vida social. Segundo o autor, é a sociedade que pensa, ou seja, as ideias que são aparentemente de propriedade individual, só tem significado e são conscientes a partir do ponto de vista coletivo. Os indivíduos e suas ideias, ou representações, sempre carregam a marca da realidade social de onde nascem e estabelecem os vínculos com seus conviventes.

De acordo com Durkheim (1996), os primeiros sistemas de representações são de origem a religiosa. A religião, em sociedades primitivas, cumpria o papel que a ciência e a filosofia desempenham nas sociedades ocidentalizadas. As religiões contribuíram para a formação do “espírito humano”, ou seja, dos mecanismos interiores do ser humano que permitem com que o mesmo experimente o mundo da sua maneira. Tais mecanismos, de acordo com Durkheim, são as, chamadas por ele, “*categorias do entendimento*”.

As categorias do entendimento estão na raiz de nossos julgamentos e

são as propriedades mais universais das coisas. São como quadros sólidos que encerram o pensamento; este não parece poder libertar-se deles sem se destruir, pois tudo indica que não podemos pensar objetos que não estejam no tempo ou no espaço, que não sejam numeráveis, etc. (DURKHEIM, 1996, p. XVI).

Dessa forma, tudo aquilo que aparece ao longo dos percursos que efetuamos em nossa vida, de um jeito ou de outro, está sendo percebido ou interiorizado segundo essas categorias que, além de espaço e tempo, podemos citar a de gênero, causa, número, substância ou personalidade. Portanto, as categorias do entendimento às quais Durkheim se refere, diz respeito às representações que utilizamos para “ordenar” aquilo que nos é dado pelo mundo, assim como para elaborar e informar ao mundo nossos conceitos acerca da realidade.

Tais representações, de acordo com Durkheim, são construções coletivas. O fato de serem coletivas, segundo o autor, faz com que elas resolvam um reconhecido

ponto do debate sobre a sua gênese, debate esse que se desenrola a partir do conflituoso relacionamento entre as perspectivas aprioristas e empiristas que tentam explicar a origem e a dinâmica dessas categorias do entendimento.

De acordo com Durkheim, os empiristas acreditam que as categorias do entendimento são construídas pelo indivíduo, pedaço por pedaço, por processos que remetem à racionalização. Aliás, o conjunto das categorias do entendimento é que vão compor o que se conhece como “razão”. Dessa forma os conhecimentos empíricos são aqueles produzidos pela ação direta dos fatos e objetos do mundo real sobre o “espírito humano”. Já para os aprioristas, as categorias do entendimento são anteriores à experiência. São dados simples, imanentes à esse espírito. Mesmo não especificando claramente a sua origem, o que às vezes aparenta indicar certa “origem divina”, segundo Durkheim, os aprioristas, neste caso, atribuem ao “espírito” alguma coisa que extrapola a pura experiência e propõem que as categorias são algo já dado, inerente à própria natureza humana. De acordo com o autor, estes últimos são mais fiéis aos fatos, visto que não esvaziam o sentido que as categorias tem, enquanto os empiristas retiram do humano e remetem às coisas toda a responsabilidade pela origem das categorias do entendimento.

A resolução do evidenciado conflito, que há pouco falávamos, reside na proposta durkheimiana de admitir a origem social dessas categorias, as quais compõem as representações coletivas. Tais representações assim são porque dependem de como a coletividade está organizada, da sua morfologia, de suas instituições religiosas, morais, econômicas, etc. Dessa forma, tais representações tornam-se o espelho da organização social e conduzem à elaboração dos modelos de orientação social. Reforçando a distinção entre os mecanismos explanatórios utilizados para conduzir a análise das realidades individuais e coletivas, o autor diz que

A sociedade é uma realidade *sui generis*; tem suas características próprias que não se encontram, ou que não se encontram da mesma forma, no resto do universo. As representações que a exprimem têm, portanto, um conteúdo completamente distinto das representações puramente individuais, e podemos estar certos de antemão de que as primeiras acrescentam algo às segundas (DURKHEIM, 1996, p. XXIII).

Dessa forma, abstraímos de Durkheim, um conceito de humano que apresenta um inegável componente de duplicidade. Ao mesmo tempo em que existe um ser humano individual, que tem sua base no seu próprio organismo, existe também um ser que é social. Nesse momento temos uma ultrapassagem do “homem” sobre ele mesmo, o qual revelaria, de acordo com o nosso entendimento acerca das ideias de Durkheim, a cisão essencial proposta pelo referido autor dentro do processo de entendimento da realidade dos indivíduos e dos grupos.

Apoiando-se nas ideias de Durkheim sobre as representações coletivas, um trabalho que buscava compreender as representações do senso comum acerca do que era a psicanálise, realizado na França, por Serge Moscovici, em 1961, inaugura uma nova maneira de compreender a dinâmica das representações. De acordo com Jovchelovitch (1995), Moscovici e sua Teoria das Representações Sociais, fizeram com que a Psicologia Social hoje se coloque numa posição efetivamente intermediária entre os estudos sociológicos e psicológicos, renegando o apenas acréscimo de caracteres sociais aos fenômenos individuais, como era postulado, predominantemente, por outros psicólogos sociais.

Por mais que autores como Minayo (1995), se refiram ao termo “representações sociais”, de Moscovici, como sendo um sinônimo para “representações coletivas” de Durkheim, de acordo com Farr (1995), o uso do termo “social”, ao invés de “coletivo”, que Moscovici faz para designar as representações, está ligado às evidentes distinções entre as sociedades foco de seus estudos e dos empreendidos por Durkheim. De acordo com este autor, Durkheim viveu num tempo (1858-1917) em que ainda era possível falar em termos coletivos, ou seja, de ideias que abrangiam uma significativa parte, se não a totalidade, de uma sociedade. Os estudos de Moscovici, ao contrário, falam de realidades que são mais locais, fragmentadas, e de ideias que acabam sendo compartilhadas por grupos de convivência bastante específicos. Sobre isso, o próprio Moscovici acrescenta que

se no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso

comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo “social” em vez de coletivo”. (MOSCOVICI, 2003, p. 49).

De maneira bastante simplificada, o próprio Moscovici (*apud* CAVALCANTI, 1998, p. 30) nos dá uma definição essencial do que seriam as representações sociais. Elas são “*sistemas de preconceções, imagens e valores que têm seu significado cultural próprio e persistem independentemente das experiências individuais*”. Para ele, as representações sociais devem se entendidas como *fenômenos*, passíveis de serem elucidados como algo dado, e não apenas como um conceito que tem por finalidade apenas a explicação acerca de alguma coisa. De acordo com o autor, nossos “conceitos” de mundo são produtos de uma cadeia de representações à qual recorreremos diante dos acontecimentos que ocorrem à nossa volta, e tais conceitos são, pelo menos em parte, compartilhados com o grupo social ao qual pertencemos.

As representações sociais têm várias características e funções. Em primeiro lugar, elas possuem o papel de “*convencionalização*” e de “*prescrição*” (MOSCOVICI, 2003, p. 33). Elas permitem a classificação e o entendimento acerca daquilo que experienciamos mediante processos que convencionam a realidade percebida de acordo com os modelos representacionais disponíveis. Através de sua função prescritiva, “*se impõem sobre nós com força irresistível*” (p. 36). Nosso passado social é constantemente escalado no momento em que fazemos nossas escolhas no presente. Dessa maneira, as representações sociais tornam-se uma espécie de “ambiente” de ideias e valores que age sobre nossas atitudes individuais.

De acordo com Moscovici (2003), em conformidade com seu antecessor Durkheim, não só o indivíduo, mas também a sociedade “*pensa*”. Mesmo admitindo-se o caráter ativo do ser humano perante a realidade verificável, as ciências e as ideologias que percorrem as diversas vias de comunicação que se inscrevem no ambiente social, fornecem o alimento para o pensamento. Dizendo isso, Moscovici nos chama atenção a uma peculiaridade em sua teoria, que é constatação da existência de um tipo de dualidade do real, o qual se configura a partir de dois universos: um *consensual* e outro *reificado*.

O primeiro é o mundo da experiência, do senso comum, onde as relações humanas são essencialmente “*humanas*”. Neste universo *consensual* a interação entre os indivíduos se dá sem diferença de nível. A arte da conversação se impõe, disseminando

e contrapondo pontos de vista e visões de mundo. O compartilhamento é o que marca profundamente este universo *consensual*, que é o ambiente onde a individualidade se exprime e ultrapassa a si mesma, criando significados coletivos a tudo aquilo que envolve a realidade experimentada. Já o universo *reificado* é o mundo da ciência, política e ideologia. Neste, as relações são institucionalizadas, onde cada um tem seu papel e grau de importância. A hierarquização das relações entre os indivíduos cria um mundo sem identidade, sujeito em grande medida ao rigor das regras e da impessoalidade. O alcance dos discursos individuais no interior desse universo, de acordo com Moscovici (2003), está sempre dependente da função de quem os profere, tudo isso para que a racionalidade seja imposta sobre a realidade, como a razão e fim de todo seu funcionamento.

A ciência que se utiliza das ferramentas dispostas pela Teoria das Representações Sociais, é uma ciência que trata, em especial, do senso comum compartilhado no cotidiano, e em extensão, ao impacto causado pelas ideologias propagadas pelo nível do universo reificado. O conflito entre essas duas dimensões da realidade tende a produzir um conjunto de relações que criam e fortalecem os sentidos de “nós” e “eles”. Faz parte de “nós” tudo aquilo que é comum à realidade do grupo ao qual pertencemos, ou seja, aos elementos constitutivos do senso comum compartilhado com nossos pares em nosso ambiente cotidiano. No entanto, tudo aquilo que se impõe enquanto ideologia, ciência ou política sobre o universo *consensual*, tem o sentido de “eles”, ou seja, é o universo *reificado* que tende a subordinar às suas regras o senso comum consensual, criando assim a ligação entre o mundo “banal” do cotidiano com o mundo formal dotado de externalidade.

Ainda como aponta Moscovici (2003, p. 54), “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade”. A inquietação e o desconforto causados por tudo aquilo que é novo, incomum, tende a motivar a produção de representações. As representações que criamos dos objetos ou acontecimentos com os quais nos envolvemos, são tentativas de dar continuidade lógica aos conceitos já incorporados ao nosso modelo de realidade, ou seja, a “descontinuidade” do desconhecido é substituída pela “continuidade” gerada pela ligação daquilo que é não-familiar, com o que temos de “familiar”, através das representações.

Essas representações, enquanto sistemas de “*preconcepções, imagens e valores*” e que buscam tornar familiar aquilo que se mostra não-familiar, são gerados, de acordo com Moscovici (2003), a partir de dois processos, os quais denominou *ancoragem* e *objetivação*. A *ancoragem* ocorre quando se busca alocar algo desconhecido dentro de determinado grupo de categorias do pensamento previamente estabelecidas e aceitas como válidas. “*Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa*” (MOSCOVICI, 2003, p. 61), com a finalidade de diminuir o desconforto gerado por este elemento não-familiar. A *objetivação* é a transformação da ideia ou palavra em imagem, ou seja, é a “*materialização*” da ideia. Tais imagens tendem a ser criadas sempre que necessitamos representar algo para os outros ou para nós mesmos. Em outras palavras, a objetivação é a “*qualidade icônica de uma ideia*” (MOSCOVICI, 2003, p. 71). Dessa maneira, enquanto a *ancoragem* é o movimento “para dentro” (classificar e dar nomes), a *objetivação* é o movimento “para fora”, pois visa servir como instrumento para juntar ideias e imagens e reproduzi-las no mundo exterior.

Enfim, as representações sociais compartilhadas constituem-se em mecanismos de produção de um mundo, ao menos para quem o representa, de aparente estabilidade. A atribuição das causas motivadoras dos acontecimentos e processos que constituem a realidade tende a encaixar-se em sistemas e modelos explicativos que são produtos daquilo que acredita-se ser válido e verdadeiro, e que segundo Moscovici (2003), é reflexo do ambiente social de ideias que alimenta a atividade do pensamento.

O conjunto das representações sociais geradas dentro de um ambiente consensual de partilha das ideias é, de forma direta, um produto das interações que ocorrem nos espaços de reunião, onde a *proximidade* é o elemento indutor das relações. O debate em torno das questões que envolvem a geração e reprodução das representações sociais, dessa forma, encerra em si um forte componente espacial, encontrando na Geografia, então, um possível balizamento para seu desenvolvimento.

A escola enquanto um espaço de representação dos grupos sociais que a frequentam: algumas considerações

A *proximidade* ainda é um fator que permite que o mundo possa ser experimentado de maneira particular e em comunidade. Por mais que as novas

tecnologias da comunicação estejam provocando uma redefinição das distâncias, ao mesmo tempo em que sugerem uma uniformização das técnicas e identidades, o lugar continua mostrando sua força, e a diversidade continua sendo um produto das dinâmicas específicas de tradução que os discursos e objetos globais adquirem nos contextos locais. A presente pesquisa demonstrou que a vivacidade dos lugares, dessa forma, pode oferecer aos ambientes que os compõem, inclusive à escola, traços específicos, uma dinâmica particular, a qual encontra na abordagem do *espaço de representação* fundamentado nas ideias de Moscovici, uma importante ferramenta de investigação.

Dessa forma, tudo o que se vive dentro e em torno da escola, de forma particular no lugar onde a mesma se encontra, provoca a ressignificação de seu espaço, tornando-a um *espaço de representação*, cujos monumentos são as representações que são produtos dessa atividade.

Este referencial oferece um instrumental interessante na busca pela compreensão dos conflitos que comumente ocorrem na escola. Como afirma Enguita (*apud* SACRISTÁN e GÓMEZ, 2000, p. 19),

A escola é um cenário permanente de conflitos. O que acontece na aula é o resultado de um processo de negociação informal que se situa em algum lugar intermediário entre o que o professor/a ou a instituição escolar querem que os alunos/as façam e o que estes estão dispostos a fazer.

Partindo dessa perspectiva, os conflitos tornam-se a expressão máxima da incompatibilidade de interesses entre o mundo institucional e o do cotidiano vivido que compõem o universo escolar. Enquanto a instituição escolar pretende configurar-se como veículo de divulgação dos saberes ditos “necessários” para a vida em sociedade, seus frequentadores a ressignificam, atribuindo-lhe contornos que são produtos de suas representações partilhadas, tornando a escola um lugar de socialização, de busca por visibilidade e reconhecimento, de inserção nos grupos, de construção de identidade.

Esse mundo das coisas cotidianas, no universo juvenil, encontra no processo de tribalização das relações sociais sua máxima expressão (MAFFESOLI, 2006). Seja por fazer parte de uma torcida de futebol, praticar um esporte em especial ou apreciar um determinado estilo musical, o jovem faz da reunião uma experiência estética específica, um *‘estar junto à toa’* desvinculado, muitas vezes, de grandes ideologias e políticas que conformavam o mundo moderno. Essa nova forma de reunião é caracterizada por uma

maneira “lúdica” de desenvolver os laços grupais, e é composta por ações que não incluem uma necessidade evidente de se ter uma finalidade, uma utilidade ou uma aplicação prática das/nas atividades do grupo.

A escola, enquanto espaço de reunião, onde a vida em comunidade acontece, é tomada pelas tribos, que a transformam em um espaço vivo onde a busca por visibilidade lhe produzirá uma ampla ressignificação. Olhar para a escola a partir dessa perspectiva, ou seja, a do *espaço de representação*, acima de tudo, é oferecer um caminho para a compreensão da cultura na escola, entendendo-a como fundamento necessário para a construção dos saberes escolares.

Sendo assim, a Geografia, além de um importante e tradicional componente curricular na escola, inscreve-se também como uma possível referência para a compreensão da realidade escolar em sua ampla dimensão. A ciência geográfica pode efetivamente contribuir para a reflexão em torno do papel do lugar e do mundo vivido dos alunos na constituição de sua identidade. Além disso, poderá permitir o reconhecimento e a valorização dos significados atribuídos por eles às situações vivenciadas e aos espaços que frequentam em seu cotidiano, condição fundamental para uma prática de ensino que efetivamente considere o que o aluno é e pensa.

Referências Bibliográficas

- BETTANINI, T. **Espaço e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998.
- CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.
- CLAVAL, P. **História da Geografia**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. Representações Individuais e Representações Coletivas. In: **Sociologia e Filosofia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.
- FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GIL FILHO, S. F. Espaço de Representação: Uma Categoria Chave para a análise cultural em Geografia. In: **Anais do I Encontro Sul-Brasileiro de Geografia**. Curitiba: AGB, 2003.

_____. Geografia Cultural: estrutura e primado das representações. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, no. 19-20, p. 51 à 59, janeiro/dezembro de 2005.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LOWENTHAL, D. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

MINAYO, M. C. de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

ELIADE, M.. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades pós-modernas**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. Prefácio. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SÁ, C. P. de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, Á. I. P. **Compreender e Transformar o Ensino**. Porto Alegre, Artmed, 2000.

Recebido para publicação em agosto de 2012
Aprovado para publicação em outubro de 2012